

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NA BAHIA, NOS SÉCULOS XIX E XX: QUESTÕES QUE ENVOLVEM UMA ANÁLISE VARIACIONISTA NO NÍVEL MORFOSSINTÁTICO

THE INDETERMINATION OF THE SUBJECT IN BAHIA, IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES: QUESTIONS THAT INVOLVE A VARIATION ANALYSIS AT THE MORPHOSYNTACTIC LEVEL

Valter de Carvalho Dias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
vcarvalho@ifba.edu.br

RESUMO:

Esta pesquisa investigou as principais estratégias para marcar a indeterminação do sujeito em textos escritos na Bahia (Cartas de Leitores, Cartas de Redatores e Peças Teatrais), nos séculos XIX e XX, à luz do Sociofuncionalismo, no qual se tem o enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e a compreensão dos usos linguísticos na perspectiva do Funcionalismo. Levou-se em consideração também os questionamentos de Lavandera (1978) no que diz respeito às implicações de uma análise da variação linguística no nível morfosintático.

PALAVRAS-CHAVE:

Indeterminação do sujeito. Língua Portuguesa. Sociolinguística. Funcionalismo. Séculos XIX e XX.

ABSTRACT:

This research investigated the main strategies to mark the indetermination of the subject in written texts in Bahia - Brazil (Letters of Readers, Letters of Writers and Theatrical Parts), in the 19th and 20th centuries, in the light of Sociofunctionalism, which has the theoretical-methodological framework of Variationist Sociolinguistics and the understanding of linguistic uses in the perspective of Functionalism. Also taken into account the questions of Lavandera (1978) regarding the implications of an analysis of linguistic variation at the morphosyntactic level.

KEY-WORDS:

Indetermination of the Subject. Portuguese. Sociolinguistics. Functionalism. 19th and 20th centuries.

Introdução

É sabido que o português brasileiro – PB vem se distanciando cada vez mais do português de Portugal, é o que diversos estudos sobre os mais variados fenômenos linguísticos vêm detectando. Tarallo (1993, p. 99), a partir da análise de quatro fenômenos morfossintáticos, a saber: objeto nulo, sujeitos lexicais, transição de língua “pro-drop” para “não pro-drop” e a mudança no padrão da ordem de palavras em perguntas diretas, concluiu que os resultados desses estudos permitem afirmar que há “[...] evidência quantitativa de que mudanças gramaticais aconteceram na passagem do século XIX para o atual [XX]”.

Dessa forma, acredita-se que a indeterminação do sujeito também seja um desses fenômenos no nível morfossintático capaz de contribuir para uma melhor compreensão do PB. Por isso, este trabalho investigou quais são as estratégias de indeterminação do sujeito encontradas em textos dos séculos XIX e XX, publicados na Bahia, e quais fatores favoreceram os usos encontrados, partindo de uma análise que levou em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos do Sociofuncionalismo, os quais estão consolidados na Sociolinguística Variacionista e no Funcionalismo norte-americano.

O presente artigo não busca exaurir todas as possibilidades de análise da indeterminação do sujeito, mas contribuir para sua compreensão na constituição do PB. Dessa forma, ele se organiza em três partes, a saber: (i) caracterização o que se entende por sujeito indeterminado; (ii) uma reflexão sobre a variação linguística no nível morfossintático; e (iii) apresentação dos dados gerais sobre os usos encontrados nos textos escritos baianos dos séculos XIX e XX.

1. A indeterminação do sujeito

Compreender a noção de sujeito parece ser a primeira tarefa necessária para o entendimento do conceito fim deste trabalho, o sujeito indeterminado. Segundo Duarte (2007, p. 195), há um equívoco ao se “misturar critérios sintáticos (estruturais) e semânticos” para a tradicional “classificação do sujeito em ‘simples’, ‘composto’, ‘oculto’, ‘indeterminado’, além de podermos ter a ‘oração sem sujeito”.

De acordo com essa mesma autora, a classificação do sujeito em “simples” e “composto” é algo irrelevante, uma vez que se trata de “dois ou mais sintagmas coordenados”, assim como a denominação de “‘oculto’ (ou

‘subentendido’, ‘desinencial’, entre outros tantos nomes’ só faz sentido se a ele se opuser o sujeito ‘expresso’”) (DUARTE, 2007, p. 195). Assim, percebe-se que essas classificações dizem respeito à estrutura, ou seja, atendem aos critérios sintáticos, conforme mencionado anteriormente.

Contudo, ao tratar da classificação de “indeterminado”, o critério semântico se faz necessário, além de só fazer sentido em oposição “ao sujeito ‘determinado’, isto é, o sujeito que tem referência definida no contexto discursivo” (DUARTE, 2007, p. 195), ou seja, o sujeito considerado “determinado” o é por que o próprio contexto de uso faz com que se compreenda qual é o seu referente, enquanto o sujeito “indeterminado” ultrapassa o plano do discurso e recai no contexto extralinguístico, do qual o usuário da língua faz parte. Dessa forma, percebe-se a necessidade de se compreender a indeterminação como algo que extrapola o texto, uma vez que em qualquer tentativa de resgatar esse tipo de sujeito, isto é, qualquer que seja a empreitada para determiná-lo, especificá-lo, o falante deverá recorrer ao contexto extralinguístico.

Partindo dessa reflexão inicial, a determinação ocorre, segundo Milanez (1982, p. 26), quando os interlocutores especificam e identificam uma das três pessoas do discurso, ao contrário da indeterminação, cujas pessoas não são especificadas e identificadas, podendo abranger qualquer uma delas indistintamente, havendo, portanto, uma generalização.

Porém, é importante também perceber a distinção entre “indeterminação” e “indefinição”. A “indefinição” é um termo empregado pelas gramáticas normativas para se referir aos pronomes ditos como indefinidos. Segundo Santana (2006, p. 43), na indefinição

[...] a referência diz respeito exclusivamente a formas lexicais de terceira pessoa: tudo, nada, alguém, ninguém etc., enquanto na indeterminação a generalização é essencial, podendo envolver qualquer pessoa (primeira, segunda e terceira) de forma isolada ou simultânea. (SANTANA, 2006, p. 43, grifos da autora).

Assim, Milanez (1982, p. 38-42) propõe alguns critérios que devem ser observados para a distinção entre a indeterminação e a indefinição, os quais serão elencados no quadro a seguir, sintetizado por Carvalho (2010, p. 35):

Quadro 1 - Principais distinções entre indeterminação e indefinição segundo Milanez (1982).

Indeterminação	Indefinição
Restringe-se apenas aos seres humanos.	Não se restringe apenas aos seres humanos, pois pode se referir também aos não-humanos.
Apresenta recursos sintaticamente distintos entre si, referindo-se a qualquer pessoa do discurso, independente de sua marca pertencer a uma das três pessoas.	Envolve formas lexicais exclusivas de terceira pessoa, tal como <i>alguém, algo, todo, nada</i> etc., não podendo se remeter a outras pessoas do discurso.
A generalização é uma condição essencial para que a indeterminação ocorra.	A generalização é apenas uma possibilidade.
A quantificação não importa, pois tanto o singular quanto o plural têm referência genérica.	A quantificação é importante para diferenciar a indefinição da definição.
Depende do contexto para sua interpretação.	Pode ser interpretado no nível frasal.
Não é possível identificar de modo preciso as pessoas do discurso.	Está no campo da determinação, uma vez que é possível identificar uma das pessoas do discurso.

Percebe-se que há um princípio geral para a compreensão da indeterminação como um recurso linguístico que permite não mencionar qual foi o ser humano que realizou a ação proposta pelo verbo, levando os interlocutores a pensar que pode ser qualquer um dentro ou fora do discurso, sendo, portanto, a generalização esse princípio.

Evidentemente, em muitos casos, os interlocutores até sabem quem é esse sujeito, mas há a intenção em não deixar claro, conforme aponta Menon (2006, p. 129), ao dizer que

[...] indeterminação do sujeito concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de ‘referente extralinguístico’. No entanto, o referente é conhecido pelo locutor (e em certos casos, também do interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. Nesse sentido, o referente pode ser recuperado pelo locutor a qualquer hora. Trata-se, antes de tudo, de uma maneira de escamotear o sujeito extralinguístico por meio de uma forma de expressão linguística, em função da situação de comunicação. (MENON, 2006, p. 129).

Enfim, se a indeterminação do sujeito é um recurso linguístico usado pelos falantes de uma língua, neste caso específico, a língua portuguesa, e,

tomando como ponto de partida esse princípio da generalização, ele fez parte da constituição histórica dessa língua.

2. A variação linguística no nível morfossintático

Os estudos iniciais desenvolvidos por Labov e seus seguidores se encontram sobre o escopo da fonética/fonologia. Nesses estudos iniciais, os dados coletados eram analisados de maneira quantitativa com a possibilidade de aplicar ou não a regra, ou seja, se os falantes faziam uso de determinada forma ou não.

Quando a análise passa para um nível mais complexo, como o morfossintático, essa pode não ser mais binária (se aplica ou não). Outras nuances poderão fazer parte dos dados, inclusive sobre o aspecto semântico, o que poderá fazer com que uma mesma palavra ou expressão, por exemplo, não seja realizada da mesma forma, a depender do contexto de uso, ao menos é o que se espera ao analisar as formas de indeterminação do sujeito, objeto desta pesquisa.

Pensado nisso, Beatriz Lavandera, discípula do próprio Labov, escreveu o artigo intitulado “Where does the sociolinguistic variable stop?”, em 1978, voltando-se para um questionamento postulado por seu mestre em 1972 (LABOV, 1972, p. 207) sobre a base da sociolinguística que diz “posed by the need to understand why anyone says anything”.

A crítica levantada por ela trata mais que perguntar “Why”, é necessário entender “What for”, reformulando em seguida o questionamento: “What does anyone say anything for?”. Desse modo, Lavandera acredita que se pode colocar a análise sociolinguística em uma “functional framework”: “If sociolinguistics looks for answers to the ‘why’ of saying something, it is seeking functional explanations.” (LAVANDERA, 1978, p. 171).

Essa reflexão inicial leva Lavandera (1978, p. 171) a afirmar que

I want to show that it is inadequate at the current state of sociolinguistic research to extend to other levels of analysis of variation the notion of sociolinguistic variable originally developed on the basis of phonological data. The quantitative studies of variation which deal with morphological, syntactic, and lexical alternation suffer from the lack of an articulated theory of meanings. While the analysis of variation in phonology by defining phonological variables can be accepted as contributing to a better understanding of the kinds of information that differences in form may be conveying, the parallel extension of the notion of variable to non-phonological variation may in many cases be unrevealing. (LAVANDERA, 1978, p. 171).

Com isso, Lavandera (1978) traz a reflexão da dificuldade que se tem em pensar numa variação estritamente laboviana no nível morfossintático, uma vez que uma sentença, por exemplo, dificilmente irá encontrar uma outra que corresponda exatamente à mesma coisa, tendo em vista ao que propõe Labov (1972, p. 271), ao dizer que “social and stylistic variation presuppose the option of saying ‘the same thing’ in several different ways: that is, the variants are identical in reference or truth value, but opposed in their social and/or stylistic significance”.

Dessa maneira, pensar na variação linguística, segundo Lavandera (1978, p. 181) é pensar efetivamente nas funções que o objeto de estudo exerce em suas realizações, conforme explicita em dizer “I propose to relax the condition that the referential meaning must be the same for all the alternants and substitute for it a condition of functional comparability”.

Ao final de seu artigo, Lavandera (1978, p. 182) conclui, chamando a atenção para a variação no nível que não seja fonológico, dizendo que

Finally, for non-phonological variation, quantitative statements can certainly still be treated as data which call for interpretation, and probabilistic rules can still serve as heuristic devices. The regularities and tendencies illustrated by probabilistic analysis must be subject to formal and substantive explanation. Substantive explanation will have to draw from linguistics, sociology, psychology, and anthropology. However, clear cut disciplinary boundaries are much less interesting than explanation. (LAVANDERA, 1978, p. 182).

Por sua vez, Labov escreveu um outro artigo em resposta à Lavandera intitulado “Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera” (1978). Nesse texto, ele chama a atenção para a importância dos dados quantitativos por apresentarem respostas às mais diversas pesquisas sobre a linguagem:

Linguistic variables or variable rules are not in themselves a “theory of language”. They are all heuristic devices. But it is not accidental that linguistic theory has profited from the analysis of variable ways of saying the same thing. Powerful methods of proof proceed from quantitative studies, and this fact is itself a significant datum for our understanding of language structure and language function. Sociolinguistic analysis is normally and naturally associated with a broader view of the use of language than an introspective approach. (LABOV, 1978, p. 6).

Labov ainda chamou a atenção, como se pode verificar na citação anterior, para a questão que envolve os estudos da variação linguística ou das regras variáveis, os quais não se tratam de uma “teoria da linguagem”, mas de uma metodologia de análise linguística.

Labov (1978) retoma a pergunta de Lavandera (1978) a qual questiona “Por que alguém diz alguma coisa?”, afirmando que a resposta mais frequente seria “para comunicar”, mas que isso não trataria de informações significantes. O que realmente seria importante é compreender “Para comunicar que tipo de informação?”. Nesse sentido, ele caminha para uma conclusão que, de certeza forma, corrobora com as conclusões de Lavandera:

It is obvious that Lavandera is correct in saying that the result of an analysis of syntactic variation is not in itself an interpretable finding. It is the explanation of the variable constraints that lead us to conclusions about the form of the grammar. When we reach these conclusions we will no hesitate to place probabilistic weights upon our grammatical rules, no matter where they occur. There is ample evidence that human linguistic competence includes quantitative constraints as well as discrete ones, and that the recognition of such constraints will allow us to build our grammatical theory on the evident of production and perception in every-day life. (LABOV, 1978, p. 18).

Percebe-se, pois, que Labov está de acordo com Lavandera no que diz respeito à análise no nível morfossintático, mas que os estudos nesse nível podem apresentar resultados para uma melhor compreensão das estruturas gramaticais, tendo em vista a possibilidade de obtenção de pesos relativos e a descrição que se pode fazer também dos usos cotidianos. A partir daí o pesquisador poderá levantar outros tipos de análise talvez até mais minuciosa ou que leve em consideração outros aspectos que vão além da análise variacionista.

Por esse motivo, torna-se também importante trazer à discussão outros pesquisadores que ora estão de acordo com os questionamentos sobre a análise variacionista no nível não-fonológico, ora não estão, tendo em vista que é possível sim fazer um estudo quantitativo de dados não-fonológicos como formas alternativas de dizer “a mesma coisa” (LABOV, 1972, p. 188).

Romaine (1981, p. 117), em seu texto intitulado “The status of variable rules in sociolinguistic theory”, após algumas reflexões sobre pesquisas no campo da Sociolinguística, especialmente no nível sintático, chega à conclusão de que “Apparent successes with analytical devices cannot be regarded as an indication of truth or a correspondence with the nature of language”. Nesse aspecto, ela concorda com Lavandera ao afirmar que não há qualquer “indi-

cação de verdade ou uma correspondência com a natureza da linguagem” nos resultados quantitativos obtidos em uma pesquisa sociolinguística.

Ainda sobre os aspectos negativos da análise variacionista no que diz respeito ao nível sintático, García (1985, p. 218), em seu texto “Shifting variation”, tece sua principal crítica à Sociolinguística, dizendo que

Most fundamentally, sociolinguistics has never even attempted to develop the required analytical categories which, by providing an original view of language, would have made it possible to integrate qualitative judgments on linguistic structure with quantitative data on language use. (GARCÍA, 1985, p. 218).

Talvez não fosse a intenção dos precursores da sociolinguística delinear todos os aspectos necessários para o desenvolvimento de pesquisas nessa área, uma vez que, a depender do nível linguístico em que se encontra o objeto linguístico observado, várias possibilidades de investigação são possíveis, de acordo com os objetivos pretendidos por cada pesquisador. Assim, não há um engessamento do método, podendo ser aplicado às mais diversas circunstâncias, em todos os níveis, inclusive podendo aliar a outras teorias, como é o caso do Funcionalismo, já mencionado diretamente por Lavandera.

Caminhando para uma visão mais equilibrada sobre os estudos variacionistas, BENTIVOGLIO (1987, p. 8) tece uma reflexão que diz

É um fato muito conhecido que a grande maioria dos estudos variacionistas se desenvolveram no campo da fonologia e não no da sintaxe. Isto é certo não somente no que diz respeito ao espanhol, senão também para o inglês, o alemão, etc. O porquê desta preferência é obvio: primeiro, porque as análises empíricas necessitam grandes quantidades de dados, e estes se conseguem muito mais facilmente quando se trata de sons/fonemas do que quando se trata de construções sintáticas. [...] Segundo, os estudos fonológicos estão em geral muito mais desenvolvidos que os sintáticos, e constituem o campo ideal para o estudo da variação, que de fato nasceu com eles. (BENTIVOGLIO, 1987, p. 8).

Uma vez retomada a história dos estudos variacionistas e sua importância, BENTIVOGLIO (1987, p. 18) mostra-se favorável para os estudos sintáticos nessa perspectiva, pois para ela

[...] não importa se são variacionistas ou não-variacionistas, se atendem fielmente os requisitos de um enfoque ou de outro; o que interessa é que contribuam em

algo para os nossos conhecimentos da língua que estamos estudando. (BENTIVOGLIO, 1987, p. 18).

Callou, Omena e Paredes (1991, p. 20) fazem uma ponderação que corrobora com a visão estabelecida por Labov (1978), no que diz respeito à importância dos dados quantitativos para uma análise linguística de cunho variacionista, não por serem eles os portadores da verdade sobre os usos da linguagem, mas por mostrarem aspectos passíveis de uma interpretação:

[...] A abordagem variacionista, vista por muitos como uma metodologia de pesquisa que privilegia o quantitativo em detrimento do qualitativo, na verdade exige do pesquisador uma investigação aprofundada na busca dos condicionamentos de um determinado fenômeno, busca esta que muitas vezes não estabelece fronteiras entre os diversos níveis de análise (fonético, prosódico, morfológico, sintático discursivo). Finalmente, a grande vantagem que vemos na metodologia é que ela permite uma avaliação mais precisa, menos impressionista, obrigando o linguista a buscar categorizações mais objetivas. Neste sentido, os números não valem por si mas funcionam como ponto de referência para a interpretação. (CALLOU; OMENA; PAREDES, 1991, p. 20).

Cheshire (2005, p. 4) concorda com Lavandera no que diz respeito à possibilidade de se estabelecer uma relação entre forma e significado em um estudo variacionista no nível fonológico, diferente do que se pode dizer no nível sintático:

Crucially, the variants are considered to be semantically equivalent: in other words, they are alternative ways of ‘saying the same thing’. Semantic equivalence can be established easily for phonological variables, where the form-meaning relationship is at its most arbitrary, but there has been much controversy about whether it can also be established for syntactic variation. (CHESHIRE, 2005, p. 4).

Desse modo, ainda de acordo com Cheshire (2005, p. 23), torna-se viável, e até mesmo necessário, uma análise variacionista em combinação com outras metodologias ou teorias que possam contribuir para uma melhor fluidez da análise sintática empreendida:

Many of these issues will require both a qualitative and a quantitative dimension to the analysis, with a combination of methodologies including corpus analysis and the elicitation of intuitions. If we are to gain insights from such different research traditions we need to be aware that the forms of spoken language may

result as much from interactional and social factors as from biological factors. In this way we may at last succeed in understanding how the cognitive and the social aspects of language are integrated as part of the human experience. (CHESHIRE, 2005, p. 23).

Gadet (1997, p. 9), em seu texto, dedica uma reflexão especial sobre a variação em sintaxe. Inicia afirmando que para haver um estudo da sintaxe da mesma forma que ocorre com os estudos fonológicos faz-se necessário atender a três questões: se há relação semântica com o nível referencial; se se trata de fato de uma regra variável; e se a variação sintática é socialmente reveladora como a variação fonológica. Desse modo, percebe-se que ele concorda com os questionamentos levantados por Lavandera (1978) sobre a variação linguística no nível sintático.

Milroy e Gordon (2003), em seu livro “Sociolinguistics: method and interpretation”, dedicam um capítulo para refletir sobre a variação linguística em um nível superior ao fonológico. Logo na introdução, afirmam sobre os possíveis problemas metodológicos que podem ocorrer em análises que vão além do nível fonológico:

[...] It is generally agreed that the pragmatic or semantic considerations which often constrain the occurrence of specific syntactic variants create methodological problems for a quantitative analysis, but some scholars further argue that almost all cases of variation are accounted for by such factors. (MILROY; GORDON, 2003, p. 169-170).

Esses autores realizam uma revisão bastante vasta sobre alguns estudos nos mais diferentes níveis de análise linguística que vão além do fonológico, e concluem afirmando que há diferentes possibilidades de realizar uma análise quantitativa e qualitativa, mas que não é claro como aplicar a noção de variação sociolinguística na fase de análise de dados. Milroy e Gordon (2003, p. 197) ainda acrescentam:

[...] Sometimes it is not easy to specify what elements might be said to constitute variants of an underlying variable, and in the case of syntax and discourse-related variation, the extent to which variants might be said to be semantically equivalent is also nuclear (MILROY; GORDON, 2003, p. 197).

Oliveira (2006, p. 53), ao realizar um estudo sobre as diferentes formas de expressão de futuro no português, concorda que não é possível realizar um estu-

do de mudança morfossintática em curso sem levar em consideração que “essa mudança passa também pelo domínio semântico, pragmático e discursivo”.

Hasty (2014) realiza um estudo no nível sintático buscando aliar a teoria e a prática. Para isso, ele chama a atenção para as principais diferenças entre as características fonológicas e sintáticas. A primeira apresenta uma frequência bastante alta quando se trata de dados de fala, enquanto a segunda há poucos dados. Ele ainda chama a atenção para a questão semântica, pois no nível fonológico, inerentemente, os recursos fonológicos não possuem significado em si mesmos; diferente dos sintáticos, os quais possuem inerentemente significados diferentes, a depender do contexto.

Assim, Hasty (2014, p. 18) conclui que “not all syntactic variation should be thought of in the same way”, cabendo a cada pesquisador buscar os meios para que seja possível fazer uma análise variacionista. Ele acrescenta no final que

[...] the study of syntactic variation must of necessity unite the efforts of theoretical syntacticians and variationist sociolinguistics if it is to allow us to fully understand and model the variation apparent in syntax. (HASTY, 2014, p. 19).

Diante do breve levantamento dos prós e contras do desenvolvimento de uma pesquisa no nível morfossintático como propõe o presente estudo, cabe resgatar o entendimento de Lavandera (1978, p. 171) sobre a importância em se considerar as “explicações funcionais” para a compreensão da indeterminação do sujeito em textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX, por considerar a hipótese de que os dados de fato não constituem variantes que tratam exatamente da mesma coisa, mas que apresentam aspectos que se aproximam nos mais diferentes contextos de uso, possibilitando trazer a contribuição do funcionalismo para sua compreensão, justificando, portanto, o estabelecimento das variáveis funcionais mencionadas na introdução deste artigo.

3. A indeterminação do sujeito em textos baianos dos séculos XIX e XX.

Para definir as estratégias de indeterminação do sujeito que foram levadas em conta ao longo da coleta de dados e, posteriormente, na sua análise, considerou-se, inicialmente, a observação de outros trabalhos existentes sobre o sujeito indeterminado em perspectiva histórica, tais como NUNES (1990), CAVALCANTE (1999), FAGGION (2008), PONTES (2008), CAMPOS (2010) e VARGAS (2010). Fazendo uma análise comparativa entre eles, foi possível

deprender as seguintes estratégias: o verbo na terceira pessoa mais o “se” -Ø+V+SE (cf. exemplo 01), o verbo na terceira pessoa do plural - Ø+V3PP (cf. exemplo 02), verbo no infinitivo impessoal - Ø+VINFIN (cf. exemplo 03), a voz passiva sem agente – VPSA (cf. exemplo 04), as estratégias pronominais “nós” (cf. exemplo 05) e “eles” (cf. exemplo 06), além dos sintagmas nominais - SN, tais como “(o) sujeito”, “(o) indivíduo”, entre outros (cf. exemplo 07).

Além dessas estratégias, a partir da coleta dos dados, especialmente nos textos do século XX, outras formas de indeterminação do sujeito também foram incorporadas ao trabalho, tais como o pronome “você” (cf. exemplo 08); a forma gramaticalizada “a gente” (cf. exemplo 09), que foi empregada não apenas como alternância com o “nós”, mas por apresentar o caráter genérico da indeterminação; e o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito explícito - Ø+V3PS (cf. exemplo 10).

1. “Que examinados estes autos de | libello de divorcio da A. D. Marianna | Senhoria de São Josè, e o Reo Josè Já- | nuario de Lima, **se prova** ter o Réo bar- | baramente civiciado A. dando parto ao | seo genio indocil, e fero, a ponto de | maltratal-a com pancadas d’onde resultou | sofrer A. fracturação no braço esquerdo, | tornando-se defeituosa;” (Carta de Leitor - Recopilador Cachoeirense 12/12/1832).
2. “**Dizem**, que sahíra do Rio | de Janeiro a Fragata Dona Fran- | cisca, e dous Brigues trans- | portando o Batalhão 18 para | Pernambuco, e que o Batalhão | 5 que alí se acha, vem para | esta Cidade.” (Carta de Redator - Gazeta da Bahia 29/05/1830).
3. “**Respeitar** sempre e **fazer respeitar** os | direitos religiosos de todos, não se faz | mais do que cumprir um dever imposto | pela constitui- ção livre de 14 de feve- | reiro!” (Carta de Leitor - Jornal de Noticias 18/06/1896).
4. “[...] e 3º fi- | nalmente que, **não tendo sido** esse dinheiro | **procura- do**, mandei-o para terra, por enten- | der que era isso mais acertado que traze- | los para esta cidade.” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 29/03/1855).
5. “Mas cada passo que Ø damos para o futuro, descobrimos um dia no passado! [...]” (Peça Teatral – Personagem Guilherme em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
6. Mas isso tudo depois que **eles** se envolveram com esse pessoal rasta- fari, de movimento negro, que gosta de tumultuar. Tudo agora é um negócio de um movimento que vai lutar contra o sistema, contra a

- opressão social. [...] (Peça Teatral – Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).
7. “E **o sujeito** ficou vendo, está visto.” (Peça Teatral – Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
 8. “[...] É tanta agonia, tanta consumição no juízo, que se **você** não tiver fé em Deus, **você** sai doida! E ainda para completar me vem este sobrinho pra eu terminar de criar.” (Peça Teatral – Personagem Chandinha em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).
 9. “Lá isto é verdade! O dinheiro **a gente** ganha até com uma carroça~, mas o amor?! [...]” (Peça Teatral – Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
 10. “Cotonete de urubu. Tá vendo aí? Quando acabar **fala** mal do meu interior. Que nós fala errado, nós se veste feio. Mas no meu interior não é assim não. Se nós pede uma ajuda todo mundo dá. Até uma água, uma farinha, nós come, nós bebe, que nós é tratado bem.” (Peça Teatral – Personagem Maria de Bonfim em “Essa é a nossa praia” de Márcio Meirelles – 1991).

O *corpus* é constituído de cartas de leitores e redatores de jornais baianos, publicadas nos séculos XIX e XX, as quais fazem parte dos corpora do projeto “Para a História do Português Brasileiro – PHPB”, organizados por Afranio Gonçalves Barbosa (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro), José da Silva Simões (USP – Universidade de São Paulo), Maria Clara Paixão de Sousa (USP), Verena Kewitz (USP) e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana).

Compõem o *corpus* também peças teatrais publicadas na Bahia, nesses mesmos séculos, algumas disponíveis em livros impressos no Gabinete Português de Leitura e na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia, Campus de Ondina, ambos localizados na cidade de Salvador, capital da Bahia, e outras estão disponíveis na internet, sobretudo as que se situam temporalmente no século XX.

As estratégias de indeterminação encontradas no *corpus* foram analisadas sob os pontos de vista extralinguístico, funcional e linguístico, cujas variáveis foram estabelecidas a partir da análise comparativa dos mesmos trabalhos supracitados que inspiraram a seleção das estratégias, como também as pesquisas desenvolvidas por MILANEZ (1982) e PEREIRA (2014).

Assim, as variáveis extralinguísticas são compostas pelo período de publicação das cartas/peças teatrais, conforme divisão proposta pelo PHPB, e

o gênero textual. No que diz respeito às variáveis funcionais, estabeleceu-se o grau e as funções da indeterminação. Em relação aos aspectos linguísticos, observou-se a flexão do verbo, o tipo de oração, a transitividade verbal, o preenchimento do sujeito, a estrutura do núcleo do predicado, a concordância com o argumento interno do verbo, a posição do argumento interno do verbo, e a ausência versus presença de preposição.

Registraram-se 750 ocorrências, distribuídas entre dez maneiras de escamotear o sujeito, desde as tradicionalmente conhecidas, como o verbo sem sujeito lexicalmente preenchido com a partícula “se”; o verbo na terceira pessoa do plural, também sem sujeito lexical; o verbo no infinitivo impessoal; a voz passiva sem agente; o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexical expresso; sintagmas nominais; como também as formas pronominais, tais como “nós”, “eles”, “você” e, até mesmo, a gramaticalizada “a gente”.

A tabela 1, a seguir, expõe todos os dados numéricos relativos à frequência de uso de cada estratégia observada, desde o maior número de dados e percentual ao menor número e percentual encontrados.

Tabela 1 - Frequência dos recursos de indeterminação levantados no *corpus*.

VARIANTES	Nº	%
Ø+V+SE	368	49,1
Nós	151	20,1
Ø+V3PP	97	12,9
Sintagmas Nominais - SN	54	7,2
Ø+VINFINF	32	4,3
Ø+V3PS	18	2,4
A gente	16	2,1
Eles	5	0,7
VPSA	5	0,7
Você	4	0,5
TOTAL	750	

As três estratégias mais empregadas nos séculos XIX e XX para indeterminar o sujeito na Bahia são, respectivamente, o verbo na terceira pessoa com a partícula “se” (49,1%), seguida pela forma pronominal “nós” (20,1%) e o verbo na terceira pessoa do plural (12,9%).

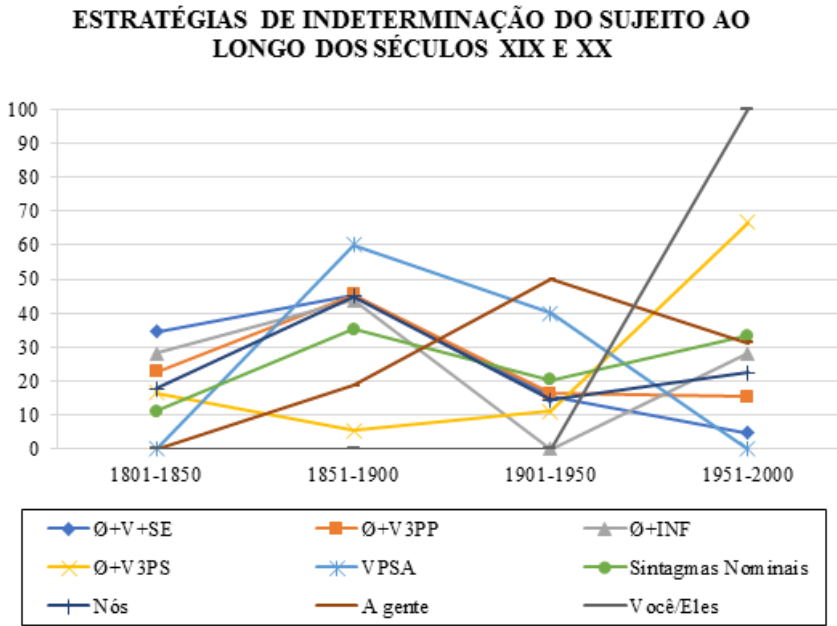
Nota-se que a forma verbal com o “se” é a mais empregada e é amplamente defendida pela gramática tradicional como uma das possibilidades de classificar o tipo de sujeito objeto deste trabalho. Portanto, o resultado alcançado era esperado, assim como se acreditava também que o verbo na terceira pessoa do plural apareceria praticamente em alternância com o verbo com o “se”, mas não foi isso que os dados revelaram.

A estratégia “nós” que se pensava ser uma das inovações do final do século XX, na passagem para o XXI, tendo em vista os estudos sobre a indeterminação do sujeito na oralidade contemporânea (p.ex. CARVALHO, 2010; SANTANA, 2006), aparece como uma inovação em sincronias pretéritas, talvez até anterior ao século XIX, uma vez que a escrita é mais lenta que a oralidade, não havendo qualquer tipo de registro documental daquela época, para se atestar, o que seria muito importante para um melhor entendimento dos usos da indeterminação no português brasileiro, sobretudo o falado na Bahia.

Os sintagmas nominais aparecem em quarto lugar com 7,2% de ocorrências e eles praticamente não são tratados pelas gramáticas da época, com exceção da estratégia “homem”, voltando a ser comentado apenas em gramáticas contemporâneas do português brasileiro. E o verbo no infinitivo impessoal aparece com 4,3% das ocorrências, frequência essa bem abaixo também do esperado, tendo em vista sua menção em gramáticas normativas. As demais estratégias juntas não atingem nem 10% de frequência, o que não as tornam significativas, mas isso não impossibilita uma análise descritiva, sendo esse um dos principais objetivos desta pesquisa.

Buscando compreender essas estratégias de indeterminação do sujeito isoladamente e ao longo dos quatro períodos investigados, elaborou-se o gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição das estratégias de indeterminação ao longo de cada metade dos Séculos XIX e XX.



A partir da leitura desse gráfico, permite-se inferir que as estratégias pronominais “eles” e “você” são próprias do final do século XX, uma vez que se fundem no gráfico por causa desse mesmo comportamento: ambas só aparecem no *corpus* consultado no último período.

Outra estratégia que merece atenção é o verbo na terceira pessoa do singular sem preenchimento lexical do sujeito (\emptyset +V3PS), pois figura nos três primeiros períodos com frequência abaixo de 20% e cresce no último período com mais de 60%, talvez isso seja um reflexo das peças teatrais, tendo em vista que esta estratégia é típica da oralidade, ou de um discurso menos tenso, conforme apontam Neves (2000) e Azeredo (2008).

Ainda sobre o gráfico 1, percebe-se uma mudança em andamento no que diz respeito ao emprego do “se” com verbos que não apresentam sujeito lexical expresso (\emptyset +V+SE), pois era mais usado no século XIX e começou a diminuir na primeira metade do século XX, chegando a menos de 10% na segunda metade desse século. Essa tendência já era de se esperar, uma vez que houve uma ampliação nos tipos de estratégias ao longo do tempo, ou seja,

formas pronominais como “você” e “eles”, que não foram encontradas nos textos baianos no século XIX e primeira metade do XX, aparecem na segunda metade do século XX. Aumentando-se o leque de possibilidades, as formas mais tradicionais diminuem seu uso, ao menos é o que se esperava.

3.2 Compreendendo a indeterminação do sujeito na Bahia a partir das variáveis funcionais

Considerando que cada estratégia de indeterminação do sujeito não é usada exatamente da mesma maneira nos mais diferentes contextos, buscou-se analisar em que grau os sujeitos genéricos são empregados e qual função desempenham em seus contextos de uso.

Classificar os diferentes usos nos diferentes contextos não foi e não é uma tarefa fácil para o pesquisador, uma vez que é necessário, na maioria das vezes, percorrer o texto inteiro para se verificar se cada forma de indeterminação atende a essa ou aquela característica.

Dessa forma, os fatores que envolvem o grau de indeterminação são:

- **Indeterminação parcial com referência explícita no contexto** – encontra-se no texto qualquer elemento que possibilite uma interpretação desse sujeito por meio de inferência, podendo ser, por exemplo, um locativo, dentre outras possibilidades;
- **Indeterminação parcial com referência implícita no contexto** – não há, no texto, qualquer elemento que se possa depreender qualquer que seja o referente, a não ser pelo contexto como um todo;
- **Indeterminação completa** – neste caso, não há qualquer tipo de pista para se inferir algo sobre o referente, nem no texto e nem no contexto como um todo.

Por sua vez, a variável função da indeterminação é composta por:

- **Desfocalização do sujeito** – o autor do texto busca empregar uma estratégia de indeterminação que possa tirar o foco do sujeito ou seu referente e voltar-se mais para a ação verbal ou até mesmo para o seu objeto. O foco, portanto, não é o sujeito;
- **Exemplificação** – neste caso, o autor do texto faz referência a ele mesmo ou ao possível interlocutor com o objetivo de exemplificar

uma situação bem genérica, que pode ser atribuída a qualquer pessoa, não necessariamente a eles;

- **Descomprometimento** – espera-se, nesta função, que o autor do texto busque estratégias para se descomprometer da ação verbal, mesmo sabendo que foi ele o sujeito. Nesta função, o texto apresenta alguma marca de primeira pessoa;
- **Ocultação do sujeito** – o objetivo aqui é que o autor do texto possa esconder de qualquer maneira o referente do sujeito, não permitindo seu leitor qualquer tipo de identificação. Neste caso, trata-se de escamotear uma terceira pessoa, o que diferencia da função “descomprometimento”;
- **Economia linguística** – o autor do texto acredita que o contexto oferece possíveis pistas para que o leitor possa inferir qual é a identidade do referente do sujeito, mesmo não podendo ou não querendo determiná-lo.

Entendido cada grau e cada função da indeterminação, fez-se um cruzamento dessas variáveis a fim de tentar estabelecer qual seria a estratégia mais indeterminadora no *corpus* consultado (cf. tabela 2):

Tabela 2 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função e ao seu grau.

Grau de indeterminação	Função da indeterminação Estratégias	Desfocalização do sujeito		Exemplificação		Descomprometimento		Ocultação do sujeito		Economia linguística		T.	%
		Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%		
Indeterminação completa	Ø+V+SE	78	64	97	55	38	64	18	40	2	67	233	58
	Ø+V3PP	19	16	29	16	1	2	14	31	0	0	63	16
	Ø+VINP	7	6	9	5	3	5	4	9	1	33	24	6
	Ø+V3PS	1	1	5	3	0	0	1	2	0	0	7	2
	Nós	15	12	1	1	11	19	0	0	0	0	27	7
	A gente	1	1	8	5	5	8	0	0	0	0	14	3
	SN	1	1	27	15	1	2	8	18	0	0	37	9
	TOTAL	122		176		59		45		3		405	

Indeterminação parcial com referência implícita no contexto	Ø+V+SE	1	7	4	80	2	40	3	100	0	0	13	43
	Ø+V3PP	0	0	0	0	0	0	0	0	3	100	0	0
	Ø+VINF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ø+V3PS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nós	13	93	0	0	2	40	0	0	0	0	15	50
	A gente	0	0	1	20	0	0	0	0	0	0	1	3
	SN	0	0	0	0	1	20	0	0	0	0	1	3
TOTAL	14		5		5		3		3		30		
Indeterminação parcial com referência explícita no contexto	Ø+V+SE	67	50	7	27	15	21	16	44	17	50	122	41
	Ø+V3PP	7	5	1	4	0	0	17	47	9	26	34	11
	Ø+VINF	2	1	3	12	1	1	0	0	2	6	8	3
	Ø+V3PS	4	3	3	12	0	0	2	6	2	6	11	4
	Nós	52	39	2	8	54	76	0	0	1	3	109	36
	A gente	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	SN	1	1	10	38	1	1	1	3	3	9	16	5
TOTAL	134		26		71		36		34		301		

Legenda:

Ø+V+SE – Verbo na terceira pessoa com o “se” sem sujeito lexicalmente expresso.

Ø+V3PP – Verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente expresso.

Ø+VINF – Verbo no infinitivo impessoal

Ø+V3PS – Verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexicalmente expresso.

Dessa forma, cruzando o grau de indeterminação com a função da indeterminação, verificou-se a seguinte distribuição:

- A estratégia Ø+V+SE é a mais frequente em todas as funções de indeterminação, especialmente quando se trata da indeterminação completa. Ele aparece também com maior frequência quando a indeterminação é parcial com referência implícita no contexto se a função for de exemplificação, descomprometimento ou ocultação do sujeito. Quanto ao grau de indeterminação parcial com referência explícita, ocorre apenas quando se trata de desfocalização do sujeito ou por economia linguística;
- A forma pronominal “nós” é mais usada quando de indeterminação parcial, sendo com referência implícita no contexto quando as fun-

- ções são de desfocalização do sujeito e descomprometimento e com referência explícita quando se trata também do descomprometimento;
- O item \emptyset +V3PP figura com maior frequência apenas quando de indeterminação parcial: se com referência implícita no contexto, destaque para a função de economia linguística, se com referência explícita, quando pretende ocultar o sujeito;
 - Os sintagmas nominais têm um uso mais frequente quando se trata de indeterminação parcial com referência explícita no contexto e para exemplificar uma situação genérica qualquer. Esses resultados revelaram que o fenômeno linguístico da indeterminação do sujeito não é empregado do mesmo jeito em todas as situações de uso levando em consideração os textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX, que compõem o *corpus* analisado neste trabalho.

As estratégias de indeterminação do sujeito se configuraram como variantes linguísticas levando em consideração a metodologia da sociolinguística quantitativa empregada, mas não como variantes que podem substituir uma as outras em qualquer situação de comunicação.

Percebeu-se que uma determinada estratégia pode ser substituída por outra com o mesmo valor de verdade quando elas apresentam a mesma função e o mesmo grau, caso contrário, a estrutura oracional poderá sofrer alguma adaptação para dar conta da ideia ou o conteúdo semântico poderá ser entendido também de outras formas que não sejam aquelas pretendidas pelo escritor.

Conclusões

A pesquisa empreendida descreveu as estratégias de indeterminação do sujeito presentes em textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX. Registraram-se usos diferentes das estratégias, tais como: sem sujeito lexicalmente expresso (o verbo na terceira pessoa mais o clítico “se” – \emptyset +V+SE; o verbo na terceira pessoa do plural – \emptyset +V3PP; o verbo no infinitivo impessoal – \emptyset +VINFIN; o verbo na terceira pessoa do singular – \emptyset +V3PS; e a passiva sem agente – VPSA, com sujeito preenchido pronominalmente (nós, você, eles e a gente) e diferentes sintagmas nominais, tal como “o indivíduo”, “o povo”, “gente” etc.

A estratégia \emptyset +V+SE foi a mais empregada, com 49,1% de frequência, tendo em vista os 750 registros de indeterminação no *corpus* analisado. Esse alto índice de frequência também foi atestado por Vargas (2010) até 1950, na

cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se que essa é praticamente a estratégia mais tratada por algumas gramáticas normativas consultadas, como Cunha e Cintra (2001), Almeida (2005), Cegalla (2008) e Rocha Lima (2008).

A forma pronominal “nós” foi a segunda possibilidade de se indeterminar o sujeito preferida pelos autores dos textos, com 20,1%. Resultado esse equivalente ao demonstrado por Campos (2010) no que diz respeito às cartas escritas no Rio de Janeiro no século XIX. Essa estratégia não foi mencionada pelas gramáticas tradicionais consultadas, o que configura como uma inovação linguística.

Ao fim, merece retomar o questionamento feito por Lavandera (1978) quando se indagou não ser possível levar a cabo uma pesquisa variacionista como formulou Labov (1972) no nível morfossintático, sem envolver os aspectos funcionais do fenômeno linguístico. Dessa forma, para considerar as estratégias de indeterminação do sujeito analisadas nesta pesquisa como variantes, consideradas como as diversas alternativas de dizer mais ou menos a mesma coisa (LABOV, 1972), seria necessário, por exemplo, tomar o $\emptyset+V+SE$ e o “nós” ocupando igualmente a função de desfocalização do sujeito com grau de indeterminação completa; ou, por exemplo, o $\emptyset+VINf$ e os sintagmas nominais sendo usados com a função de exemplificação com grau de indeterminação parcial com referência implícita. Portanto, seria necessário que cada estratégia investigada ocupasse a mesma função e o mesmo grau para serem variantes, conforme proposta laboviana. Seria uma análise difícil de se empreender e compreender os seus resultados.

Conclui-se, enfim, que as variáveis funcionais se prestam a contribuir para uma análise variacionista no nível morfossintático de forma mais eficaz, não se distanciando dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, mas aliando-se à perspectiva Funcionalista para a compreensão dos usos concretos da língua, especialmente a indeterminação do sujeito.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45.ed. 2.tir. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BENTIVOGLIO, Paola. A variação nos estudos sintáticos. **Estudos Linguísticos**, XIV. Anais de seminários do GEL. Campinas: UNICAMP, 1987, p.7-29.

- CALLOU, Dinah; OMENA, Nelize & PAREDES, Vera. Teoria da variação e suas relações com a semântica, pragmática e análise do discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (20), Jan/Jun, 1991, p.17-21.
- CAMPOS, Vitor Cezário Silveira. **Estratégias de indeterminação em cartas do século XIX**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CARVALHO, Valter de. **Você, a gente et allia indeterminam o sujeito em Salvador**. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.
- CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX**. 1999. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CHESHIRE, Jenny. **Syntatic variation and spoken language**. Disponível em: <<http://webpace.qmul.ac.uk/jlcheshire/pdf%20papers/syn%20varn%20and%20spoken%20lang.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2017. [2005].
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. 8.imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Termos da oração. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 185-203.
- FAGGION, Carmen Maria. **A indeterminação em português: uma perspectiva diacrônico-funcional**. 2008. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2008.
- GADET, Françoise. La variation, plus qu'une écume. **Langue Française**, 115. Paris: Larousse, 1997, p.5-18.
- GARCÍA, E. C. Shifting variation. **Lingua**, Amsterdam, v.67, p.189-224, 1985.
- HASTY, J. Daniel. **We might should be thinking this way: Theory and practice in the study of syntactic variation**. Disponível em: <<https://msu.edu/~hastyjam/images/Theory%20and%20Practice%20in%20syntactic%20variation.pdf>>. Acesso: 10 jan.2017. [2014]
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

- LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: LABOV, William. **Sociolinguistic working paper**, Austin, n.44, p. 6-21. abr.1978. Southwest Educational Development Laboratory.
- LAVANDERA, Beatriz R.. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in society**, [s.l.], v.7, n.02, p.171-182, ago.1978. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0047404500005510>.
- MENON, Odete Pereira da Silva. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino. **Variação, mudança e contato linguístico no Português da Região Sul**. Pelotas: Educat, 2006. Cap. 7, p. 125-167.
- MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. **Sociolinguistics: method and interpretation**. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishing, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NUNES, Jairo Morais. **O famigerado se**: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com *se* apassivador e indeterminador. 1990. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- OLIVEIRA, Josane Moreira de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje**: variação e mudança. 2006. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PEREIRA, Deize Crespim. Uma análise funcionalista da indeterminação do sujeito no Português Popular falado em São Paulo. **Filologia e Linguística Portuguesa**, Brasil, v. 15, n. 2, p. 475-518, apr. 2013. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79803>>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- PONTES, Natália Gilvaz. **As estratégias de indeterminação do sujeito**: tração textual e mudança linguística. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 47.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

- ROMAINE, Suzanne. The status of variable rules in sociolinguistic theory. **Journal Of Linguistics**, Cambridge, n. 17, p.93-119, mar. 1981. Anual.
- SANTANA, Neila Maria Oliveira. **A indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p.69-105.
- VARGAS, Amanda de Santana Campos. **Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Recebido em 31 de agosto de 2017

Aceito em 26 de janeiro de 2018.